

Justiça em

ano V - dezembro 2011 - número 26

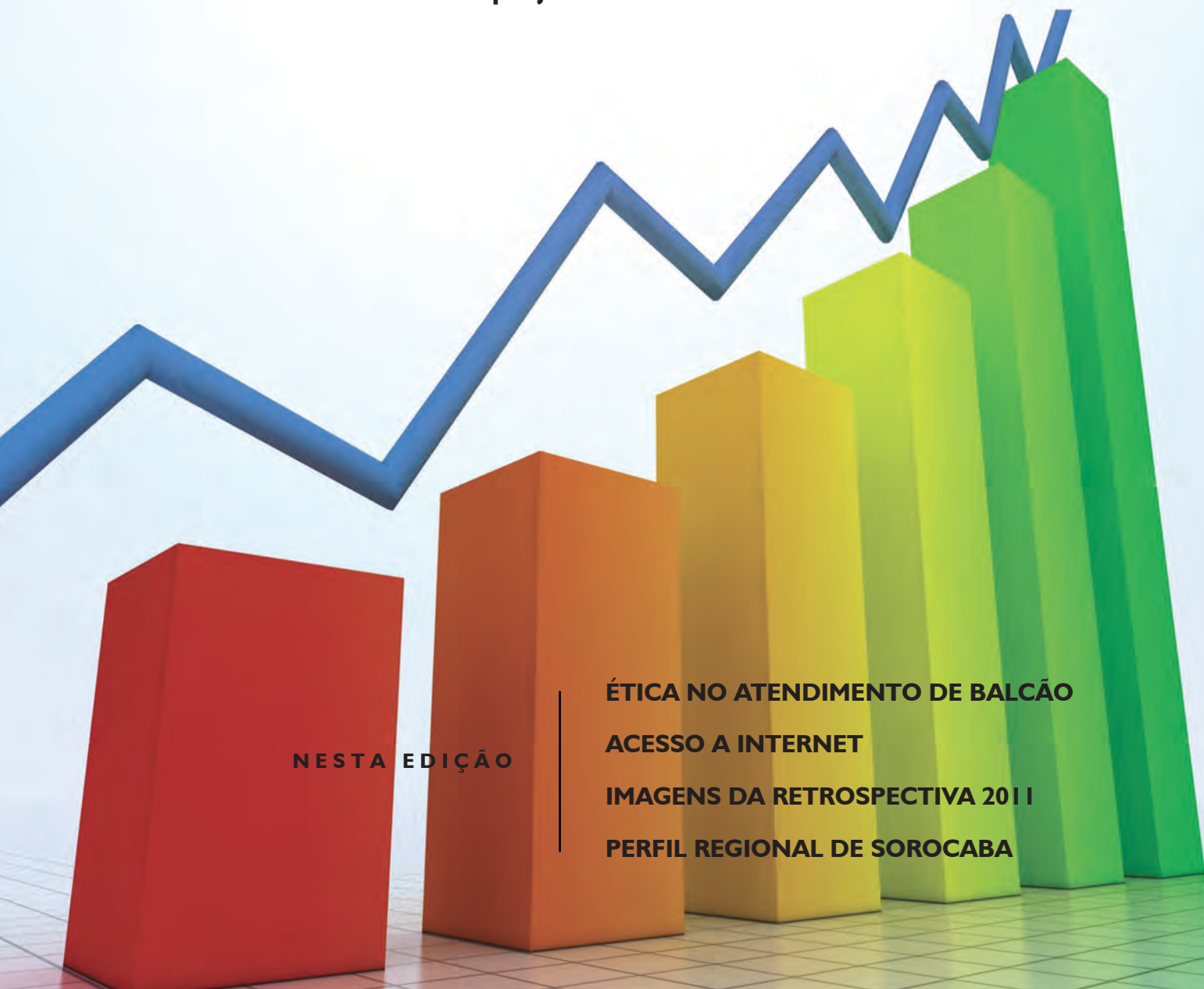


REVISTA

publicação bimestral da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo

Balanço do Biênio

**A Diretoria da Secretaria Administrativa
e suas áreas mostram os números e os
projetos realizados.**



NESTA EDIÇÃO

ÉTICA NO ATENDIMENTO DE BALCÃO

ACESSO A INTERNET

IMAGENS DA RETROSPECTIVA 2011

PERFIL REGIONAL DE SOROCABA

Mais um ano

Concluimos mais um ano de trabalho na Seção Judiciária de São Paulo e, nesta edição, queremos compartilhar com os leitores da Justiça em Revista um balanço das principais realizações. Mas diferente do ano passado, este apanhado envolve toda a minha gestão até o fim de 2011, uma vez que em 2012 fecharei este ciclo à frente da administração da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo.

Na matéria principal foram levantadas junto das áreas que compõe a Secretaria Administrativa as principais realizações nas mais diversas frentes de trabalho da administração central. Além do incansável trabalho realizado nas varas e juizados especiais federais, não podemos esquecer das áreas que dão o suporte para que esta prestação jurisdicional possa ser realizada todos os dias do ano.

Neste desafio diário, tenho ao meu lado Oscar Paulino dos Anjos, diretor da secretaria administrativa. Diariamente pela sua mesa são tratados os mais diversos assuntos, grandes não só em volume, mas também em complexidade. Na Diretoria do Foro tomamos as decisões e decidimos o melhor caminho a ser tomado. Soluções para problemas, vitórias, desafios, metas, prazos, tudo é gerenciado ao mesmo tempo sete dias por semana. A Secretaria Administrativa e suas áreas regem estes trabalhos com grande harmonia, digna de uma orquestra. E se não fosse assim, não teria



sido possível a inauguração de tantas varas e reforma de tantos outros prédios. Somado as inaugurações, ocorreram também a contratação de novos servidores, o gerenciamento de uma imensa quantidade de contratos, treinamentos nas mais diferentes áreas, a criação de novos projetos, as ações sociais, as campanhas, o gerenciamento financeiro, a gestão documental, o apoio judicial, o atendimento à imprensa, o

alinhamento estratégico com os Tribunais Superiores, enfim, esses são apenas exemplos, os detalhes estão na matéria especial de capa. Lembro aos leitores que também é possível visualizar em nossa videoteca virtual um panorama de todos os acontecimentos deste ano e dos anteriores. Acessando a página da Internet, no link PODCASTING, os usuários poderão assistir mais de trinta vídeos em ordem cronológica dos principais acontecimentos do ano.

O leitor também verá nesta edição a nova política de acesso a Internet, ferramenta que deixou de ser - há muito tempo - apenas um "luxo" e hoje podemos ver a real necessidade dela em um mundo cada vez mais tecnológico. Outro assunto importante trata da ética no atendimento ao balcão, a linha de frente dos trabalhos da Justiça Federal. Por fim, é a vez do perfil regional de Sorocaba e sua importância para a população do oeste paulista.

Trabalho e profissionalismo em perfeito equilíbrio, mais um ano, mais uma fase da história da Justiça Federal de São Paulo que se firma nos alicerces da construção de uma sociedade mais justa, pois sabemos que todos os trabalhos, sejam eles da área meio ou fim, buscam o mesmo objetivo: a boa prestação jurisdicional. Feliz Natal e um 2012 repleto de realizações.

CARLOS ALBERTO LOVERRA
Juiz Federal Diretor do Foro



EXPEDIENTE

Juiz Federal Diretor do Foro
Carlos Alberto Loverra

Juizes federais vices-diretores do foro
José Henrique Prescendo (capital)
Roberto da Silva Oliveira (interior)

Diretor da Secretaria Administrativa
Oscar Paulino dos Anjos

Diretor do Núcleo de Comunicação Social
Helio C. Martins Junior

Seção de Multimídia e Audiovisual
Gerrinson Rodrigues de Andrade (supervisor)
Coaracy Caracas
Elizabeth Branco Pedro
Javá de Carvalho

Seção de Produção de Texto
e Atendimento à Imprensa
Ricardo Acedo Nabarro (supervisor)
Jefferson Messias
Fernando Coleti

Estagiários
Cintia Ranusia
Rafaella Rodrigues
Matheus Henrique

Contato: imprensa-jfsp@jfsp.jus.br
Telefones: (11) 2172-6175

Visite também a versão virtual da revista em
<http://intranet.jfsp.jus.br/revista/index.htm>

Atendimento de Balcão	03
Aconteceu 2011	04
Capa: Balanço da Gestão	06
Nova política de acesso à internet	09
Perfil Regional: Sorocaba	10
Livros e Memória	11
Imagem da Vez	11

Balcão: o bom atendimento faz toda a diferença

Ricardo Acedo Nabarro

Se há um lugar que podemos classificar como a linha de frente da Justiça Federal, este lugar é o balcão de varas, protocolos e informações em geral. São advogados, estagiários, partes do processo (autor/réu) ou o próprio cidadão comum que procuram por uma resposta clara, objetiva e atualizada sobre aquilo que é de competência da instituição. Por isso, o atendimento carismático, com educação e cordialidade é fundamental e tem grande significado no resultado final do trabalho.

O consultor em etiqueta empresarial Cláudio Pelizari já treinou centenas de profissionais em empresas nacionais e multinacionais. Em entrevista a “Web Rádio Em Tempo”, transmitida via intranet para os fóruns da Justiça Federal de São Paulo, falou sobre a chamada “inteligência social”, habilidade de fazer com que as outras pessoas cooperem com a gente. “Quando um cliente chega para ser atendido, se ele tiver o elevado grau de inteligência social, levará em conta algumas questões que fazem parte dessa inteligência. Ele vai olhar como está o ambiente para ter algumas informações sobre o contexto. A partir daí agir de acordo com essas informações. É uma característica de inteligência que pode gerar cooperação”.

Cláudio dá um exemplo de como isso funciona. “Você chega numa sala para ser atendido e as pessoas estão um pouco alteradas, alguns com o rosto avermelhado, e se indaga o que está acontecendo naquele ambiente. Está havendo uma discussão. Se eu chego ignorando esse fato não estou vendo o contexto da situação. Eu preciso levar isso em conta para saber como agir”.

Dentro do componente inteligência social é preciso considerar a autenticidade (capacidade de enxergar e se mostrar ao outro como uma pessoa honesta e confiável), a clareza (capacidade de colocar claramente as ideias) e a empatia (colocar-se no lugar do outro). “A inteligência social é uma qualidade que deveria ser desenvolvida desde a escola. Se chego num local e dou um sorriso para a pessoa, estou passando a mensagem de que também gostaria de receber um sorriso. Temos, por exemplo, a lei da retribuição que diz: aquilo que eu faço sinaliza o que quero receber. Também acontece o oposto e muitas vezes a pessoa é um pouco arrogante, fora de contexto, mas ela quer ser bem tratada. Ela não cumprimenta ninguém mas ela quer que as pessoas a cumprimentem sem passar essa mensagem diretamente”.

Todas essas dicas podem ser trazidas para o ambiente da Justiça Federal, especialmente aos balcões de atendimento. O técnico judiciário Francesco Gifoli atua no balcão da 7ª Vara Federal Cível em São Paulo há doze anos e conta como é essa experiência. “O balcão é uma ‘escola’ para quem trabalha no Judiciário. Devemos ter a melhor postura possível, agir com urbanidade é primordial. A paciência é uma virtude a ser conquistada, entretanto, por mais complicada que seja a situação, devemos nos colocar no lugar de quem está do outro lado. Afinal de contas não conhecemos nosso interlocutor, não sabemos por quais problemas está passando... Manter a serenidade é sempre a melhor saída, falar somente o necessário e ‘saber ouvir’ é essencial”.



Francesco Gifoli fazendo o atendimento no balcão da 7ª Vara Federal Cível da Capital

Francesco lembra de uma história em meados de 2003, quando um advogado chegou no balcão nervoso, agitado e “regurgitando” impropérios contra tudo e todos. “Após o ilustre senhor ter falado tudo o que achava ser de direito, fiz a seguinte pergunta: ‘Em que posso lhe ser útil?’. Nesse momento, aquele que antes estava em franco desequilíbrio renovou seu

semblante, desculpou-se e solicitou informações sobre como preencher determinado formulário. Percebi que ele não era assim como se apresentou de início, estava apenas indignado, pois explicou que em todos os locais em que passou não foi atendido com atenção e muito menos com respeito. O que ele queria era apenas ser ouvido e esclarecido”, conta.

A diretora da 2ª Vara Federal em Santos, Silvia Maria Aidar Ferreira, dá uma dica para contornar situações difíceis. “Nos casos que podem gerar algum tipo de confronto o atendente deve solicitar a presença do diretor de Secretaria que saberá contornar a situação. O servidor nunca deve discutir no balcão, pois naturalmente perderá a razão”.

O consultor Cláudio Pelizari oferece outras dicas interessantes. “Se estou falando ao telefone ou ocupado com outras tarefas e o cliente se aproxima do balcão preciso sinalizar que o vi, esse é o primeiro ponto. Você está vendo o cliente. Só isso já mudará o comportamento de quem está chegando. Se isso não acontece, quem chega ali e traz na cabeça todo aquele ranço de que o serviço público é demorado, burocrático, que será mal atendido etc. ele reagirá negativamente. Portanto devo sinalizar que o vi, dar um sorriso, saudá-lo com um ‘bom dia, como vai o senhor, em que posso ajudá-lo?’ Só isso eliminará quase 80% de sua tensão”.

Foto: Helio C. Martins Jr.



NOVOS DESEMBARGADORES – Em solenidade ocorrida no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, Daldice Maria Santana de Almeida e Fausto Martin De Sanctis tomaram posse como desembargadores federais daquela Corte. *

Foto: Helio C. Martins Jr.



CONCILIAÇÃO EM CAMPINAS – Foi inaugurada no dia 20/9 a “Central de Conciliação da Subseção Judiciária de Campinas”, a segunda da Justiça Federal na 3ª Região. A nova central concentra todas as audiências de conciliação da região de Campinas, com o objetivo de acelerar o trâmite processual e desafogar as varas federais da cidade. *

Foto: Fernando Coletti



NOVOS JUÍZES – Os 32 juízes federais que tomaram posse no dia 22/6 passaram por ambientação de 40 dias na Escola de Magistrados do TRF3. *



Fotos: Jefferson Messias e Fernando Coletti

DOAÇÕES

O Conservatório Dramático e Musical de Tatuí recebeu os instrumentos musicais doados pela Justiça Federal de São Paulo. A compra dos instrumentos foi possível graças à doação de R\$ 125.882,78; em Paraisópolis (Zona Sul da Capital), a Creche Anglicana do Morumbi inaugurou um novo setor construído graças à doação de R\$ 400 mil. Os valores são provenientes da 6ª Vara Federal Criminal de São Paulo, especializada em lavagem de dinheiro. *



IMPRENSA E JUSTIÇA – A Escola de Magistrados da 3ª Região promoveu, no mês de setembro, o encontro “Poder Judiciário e Imprensa – Um Diálogo Aberto”. Durante cinco dias magistrados e jornalistas debateram sobre os mais diversos assuntos abordando a relação da imprensa com a Justiça Federal. *



CENTRAL DE CONCILIAÇÃO - Foi inaugurada no centro da capital (Praça da República, 299) a primeira Central de Conciliação da 3ª Região. No local se concentram todas as audiências de conciliação da Grande São Paulo, a fim de dinamizar os trabalhos dessa prática que vem se mostrando um dos meios mais eficazes na solução de conflitos. *



CONBRASCOM 2011 - Com o objetivo de debater os “Direitos Fundamentais da Comunicação”, o Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação da Justiça – CONBRASCOM 2011 reuniu, nos dias 20, 21 e 22/6, os assessores de comunicação do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensorias, Tribunais de Contas e instituições afins de todo o país.



CAMPANHA SOLIDÁRIA - A arrecadação de brinquedos em 2011 bateu novo recorde este ano. Cerca de 700 itens entre bonecas, carrinhos, bichos de pelúcia, jogos, bolas etc. foram doados pelos servidores ou comprados com o dinheiro arrecadado nos fóruns da capital, Juizado Especial Federal, Administração Central e Fórum de Guarulhos, beneficiando dez instituições.



RECICLAGEM – Os fóruns de Piracicaba (1) e São João da Boa Vista (2) destinaram, juntos, 2.600 quilos de papéis relativos à destruição de processos findos para reciclagem. Duas instituições foram beneficiadas: Cooperativa do Reciclador Solidário (Piracicaba) e Cooperativa Prestadora de Serviços de Reciclagem – Coopermax (S.J.Boa Vista).



DIA DO SERVIDOR 2011 - Nos dias 27 e 28 de outubro foi comemorado o dia do servidor público no auditório do JEF da capital. Dentre as palestras e atividades voltadas para o servidor, destaca-se a palestra ministrada pelo navegador Amyr Klink com o tema: “assumindo o protagonismo da sua vida”.*

* Assista também o vídeo-reportagem no nosso podcasting no endereço:



www.jfsp.jus.br/podcasting/

Dois anos de crescimento e desafios

Jefferson Messias

Os anos de 2010 e 2011 foram marcados pelo crescimento da Justiça Federal em São Paulo. Com o aumento do número de fóruns, varas e servidores, uma parcela maior da população passou a contar com a importante garantia constitucional de acesso à Justiça. Por outro lado, para atender a essa nova demanda, tornou-se necessário ampliar o trabalho de vários setores da área administrativa, responsáveis por cuidar tanto da parte material (engenharia, infraestrutura, transportes, gestão documental, segurança etc.), quanto dos recursos humanos da Justiça Federal (treinamento, saúde e qualidade de vida, capacitação, entre outros). O esforço conjunto de todas as áreas foi fundamental para atingir os resultados alcançados.

NOVAS VARAS, PRÉDIOS E SUBSEÇÕES

Diversas inaugurações foram realizadas desde junho do ano passado, com destaque para a criação de quatro novas subseções judiciárias nas cidades de Barretos, Itapeva e Mauá, em 2010, e São Vicente em outubro de 2011, totalizando 41 subseções federais no estado de São Paulo.

As cidades de Taubaté, Presidente Prudente, Piracicaba, Osasco, São Paulo, Campinas, Americana, Mogi das Cruzes, Santo André, Jundiaí e Lins (dez/2011) receberam novas varas ou varas-gabinete. Além de permitir que mais pessoas tivessem acesso aos serviços da Justiça Federal, essas inaugurações aumentaram a celeridade processual através da redistribuição dos processos entre as varas recém-inauguradas.

Alguns fóruns da Justiça Federal também mudaram para locais com maior espaço físico e melhores condições de acessibilidade, beneficiando a população, servidores e juizes. Como exemplo podemos citar, no ano passado, os Fóruns de Jales, Bragança Paulista e Osasco, e neste ano, Jaú, São José dos Campos Andradina e a nova Sede Administrativa da Justiça Federal, sem contar o Fórum de Guarulhos e o JEF em Campinas, previstos para mudar no início de 2012.

Sobre a nova Sede Administrativa, Carlos Alberto Lloverra, juiz federal diretor do Foro, destacou que sua inauguração foi a realização de algo há muito tempo esperado. “Assim como os fóruns se ampliam, a área administrativa também necessita de ampliação, e para fazer frente a isso precisamos alocar bem as pessoas que trabalham nela”.

O Fórum de São José dos Campos foi o primeiro prédio próprio construído exclusivamente com 100% de recursos (financeiros e humanos) da Justiça Federal de Primeiro Grau. A construção trouxe um modelo inteligente de infraestrutura: iluminação natural, reutilização de águas



pluviais e acessibilidade. O modelo de gestão de obras utilizado em São José dos Campos (foto acima) permitiu à Seção Judiciária de São Paulo realizar todas as etapas que envolveram a construção do prédio.

Para o diretor da Secretaria Administrativa, Oscar Paulino dos Anjos, este projeto “demonstrou a capacidade da Seção Judiciária de São Paulo e da Administração Central de realizar construções e obras de grande envergadura”, e ressaltou que “este edifício é o resultado do trabalho de toda a Administração Central”.



AMPLIAÇÃO DO QUADRO FUNCIONAL

A Lei 12.011/09, que determinou a criação de 230 varas federais no país, destinou 43 varas para a 3ª Região. Com isso, as novas vagas que surgiram foram preenchidas com a nomeação dos candidatos aprovados no concurso realizado em 2007. Levando-se em consideração o período de maio de 2010 até outubro de 2011, entraram em exercício na Seção Judiciária de São Paulo cerca de 197 técnicos e 99 analistas da área judiciária e de outras especialidades e mais 49 analistas judiciários – executantes de mandados. Os principais fatores que impulsionaram as nomeações foram as inaugurações de novos fóruns e varas, bem como a reposição aos desligamentos de servidores em virtude de aposentadoria, vacância e exoneração.

O fato mais significativo no período foi o crescimento do quadro que em maio de 2010 contava com

3.590 servidores e em outubro de 2011 passou a ter 3.837 servidores. A tendência é que este aumento deve continuar em ritmo acelerado em virtude das inaugurações previstas até 2014.

AÇÕES DE SAÚDE E BEM ESTAR DOS SERVIDORES

Com a mudança da Sede Administrativa foi possível unificar os ambulatorios e atender às normas de regulamentação dos serviços de saúde, permitindo que novas ações fossem implementadas, como a Campanha de Vacinação da Gripe deste ano que atendeu aos servidores da capital e do interior. Na capital a campanha pôde ocorrer graças ao espaço mais adequado para a realização de procedimentos invasivos e devido à aquisição de uma geladeira específica para o armazenamento das vacinas. A unificação dos ambulatorios deu também agilidade para a realização de perícias médicas e controle de cadastro dos períodos de licença, o que possibilitou o fornecimento de informações de modo mais ágil e seguro.

Além disso, foi reiniciado o Programa de Ginástica Laboral que, por questões orçamentárias, não foi possível ainda contratá-lo para toda a Seção Judiciária. No entanto, seguindo a orientação dos profissionais da área de orçamento, paulatinamente, as demais subseções poderão ser incluídas, de acordo com a análise dos dados relativos à saúde dos servidores.

Este projeto é gerenciado pelo Setor de Qualidade de Vida, que neste ano implantou a Dança de Salão no prédio administrativo e no Fórum de Santo André, e está buscando a implantação de outros programas para desenvolver maior bem estar entre os servidores.

A Seção do Pró Social, também integrante do Núcleo de Saúde, realizou ações tais como a formulação de novos convênios, graças à criação do Setor de Convênios e Agenda Cultural. Desta forma, foram celebrados convênios com restaurantes, academias, empresas de estética, dentre outras, na capital e no interior. Um desses convênios, celebrado com a empresa Vigilantes do Peso, poderá atender aos servidores da Justiça Federal lotados em qualquer subseção da Seção Judiciária de São Paulo. Esta ação deverá ser estendida cada vez mais aos fóruns do interior, também em decorrência da instituição da Comissão de Qualidade de Vida.

“Sem dúvida, vários objetivos foram atingidos, no entanto, temos conhecimento de que este não é o começo e tampouco o fim. Temos um longo caminho a percorrer, pois cuidar da saúde dos servidores é um trabalho contínuo inerente ao desenvolvimento das atividades da instituição”, afirmou Rosa Maria do Prado Oliveira, diretora do Núcleo de Saúde.

AQUISIÇÃO DE NOVOS VEÍCULOS

A Seção de Transportes também ampliou sua atuação e recebeu novos veículos para atender a demanda dos

Entrevista com o diretor da Secretaria Administrativa, Oscar Paulino dos Anjos

Como avalia sua gestão e o que espera das próximas administrações?

Acho que avançamos bastante, mas ainda há muito por fazer. Espero que o próximo diretor do Foro escolha, para assumir esta Secretaria, servidores da Seção Judiciária de São Paulo que tenham experiência administrativa e estejam comprometidos em continuar melhorando a Justiça como um todo, para que não haja uma paralisia do trabalho realizado e ocorra um retrocesso.



Sua experiência profissional ajudou na execução dos trabalhos?

Com certeza. Todavia não sei se estou realizando um bom trabalho. Estou fazendo o máximo possível para isso. Tenho 22 anos de Justiça Federal, sempre atuando na área administrativa. Fui o primeiro diretor administrativo do Fórum Criminal quando ele foi reinaugurado na Praça da República em 1990. No Fórum de São Bernardo do Campo atuei no setor administrativo por 12 anos e meio. Também passei pelos setores de Transporte e Financeiro da Administração Central e posso dizer que presenciei boa parte da expansão da Justiça Federal. De certa forma esses setores me deram uma visão tanto da área meio (administração) como da área fim (varas), trazendo uma noção de quais são os problemas dos fóruns, dos diretores dos núcleos administrativos e da administração central.

O que destaca como realizações do período?

Além das 32 inaugurações da Gestão, destaco a criação da Escola dos Servidores, a terceirização da guarda do acervo de arquivo e a instalação da nova Sede Administrativa num único prédio. Essa mudança proporcionou melhores condições de trabalho aos servidores da administração, com instalações mais adequadas e dignas para todos. O setor médico, por exemplo, onde são realizadas as perícias, está mais amplo e com ambulatorios bem estruturados.

E o futuro, o que podemos esperar?

Está em andamento a aquisição de 4 mil novos computadores para a Seção Judiciária de São Paulo, o que viabilizará a modernização de todos os equipamentos que estiverem fora da garantia. Também estamos fazendo projetos e homologando licitações para reformar os prédios do Juizado Especial Federal de São Paulo e dos Fóruns Criminal, Previdenciário e Execuções Fiscais, totalizando aproximadamente R\$ 12 milhões, com a conclusão das obras previstas para o final de 2012. Já licitamos a construção de um prédio próprio para o Fórum de Assis e, até fevereiro, teremos concluído também a licitação para a construção da sede própria do Fórum de São João da Boa Vista.

Que mensagem gostaria de deixar para a próxima administração?

Gostaria de ressaltar que nos próximos dois anos é totalmente possível, e viável, a administração central resolver os problemas de instalação dos Fóruns de Marília, Taubaté, Sorocaba, Franca e iniciar a construção da nova sede de Santos. Esses locais precisam renovar suas instalações, pois são fóruns de grande porte e estão em situação complicada se comparados com os demais.

serviços de toda a Seção Judiciária em São Paulo. Os carros adquiridos são mais modernos e confortáveis e possuem freios ABS, sistema de airbag, ar-condicionado e direção hidráulica. Os veículos em bom estado da administração central, remanescentes de substituição, foram encaminhados para fóruns do interior no lugar de outros mais antigos, ou somaram-se à frota já existente de subseções que tiveram aumento do serviço de transporte.

Também está prevista a contratação de uma empresa que prestará serviço de gestão de frota e manutenção de veículos por sistema informatizado abrangendo todas as subseções de São Paulo. Isso viabilizará de forma ágil a manutenção preventiva e corretiva da frota oficial, bem como as revisões de fábrica nos veículos novos, proporcionando ainda um controle eficaz do estado de conservação do veículo através do seu histórico de manutenção.

SEGURANÇA

Com a realização do concurso em 2007, mais agentes de segurança passaram a integrar o quadro de pessoal. Os agentes passaram por cursos de reciclagem em brigada de emergência com a colaboração do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, e um curso de defesa pessoal e segurança com a empresa Sotai.

Em 2010, foi realizada licitação para contratação de serviços de vigilância para toda a Seção Judiciária, com o intuito de padronizar não só os contratos, mas também os serviços realizados e as exigências às empresas contratadas. Para otimizar o desenvolvimento das tarefas e reduzir o número de reclamações trabalhistas, foram reformulados os horários das jornadas de trabalho desses profissionais.

Alberto Hideo Yamamoto, supervisor da Seção de Segurança e Vigilância, afirma que essas ações têm como objetivo promover o resgate da imagem da segurança institucional. "Adquirimos 91 novos equipamentos de detecção de metais, atendendo dessa forma não só os fóruns que não possuíam tais ferramentas, mas também substituindo os aparelhos obsoletos cuja manutenção era onerosa para a administração".

GESTÃO DOCUMENTAL

O Programa de Gestão Documental foi amplamente divulgado nos encontros realizados pela Justiça Federal, possibilitando a conscientização das unidades geradoras de documentos para a aplicação das boas práticas de gestão documental. Em função destas palestras e oficinas pôde-se verificar um melhor desenvolvimento dos trabalhos e a obtenção de ótimos resultados, possibilitando a liberação de espaço e a guarda dos documentos essenciais à administração.

As Comissões Setoriais de Avaliação e Gestão Documental estão sob a orientação da Comissão Permanente de Avaliação e Gestão Documental da Seção Judiciária de São Paulo. Elas desempenham um papel importantíssimo

frente à condução das boas práticas de gestão documental e multiplicação do programa nas subseções.

Toda a Seção Judiciária de São Paulo tem sido responsável pela avaliação e devida destinação da massa documental. Desde maio de 2010, após a avaliação de um grande volume de documentos e autos findos, verificou-se que uma porção deveria permanecer em guarda permanente e, na medida do possível, estes receberam um tratamento diferenciado para guarda. Outra grande parcela foi enviada à reciclagem, sendo destinados à eliminação cerca de 25 toneladas de papel proveniente de documentos administrativos e 21 toneladas provenientes de autos findos.

Todas essas realizações refletem uma parte dos vários avanços ocorridos nesse período. Tanto do ponto de vista material, quanto humano, a Administração da Justiça Federal tem trabalhado para atender aos anseios da população, servidores e juizes que atuam nesta que é a maior Seção Judiciária do país.

CURIOSIDADES E NÚMEROS

FINANCEIRO E ORÇAMENTO

A Administração Central da JFSP gerenciou em 2011 mais de 1 bilhão de reais (incluído folha de pagamento).

VEÍCULOS ADQUIRIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL (maio/2010 a out/2011)

- 7 Peruas Palio Weekend	- 4 furgões Ducato
- 1 furgão Boxer	- 1 van Ducato Minibus de 16 lugares
- 1 van Kombi	- 1 caminhão 3/4 para cargas de até 9 toneladas

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E AÇÕES DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA (maio/2010 a out/2011)

- 78 Vídeos reportagens	- 392 notícias (releases)
-------------------------	---------------------------

KM RODADOS PELOS VEÍCULOS (maio/2010 a out/2011)

Toda Justiça Federal de São Paulo = 612.463 km

Apenas a Seção de Transporte do Administrativo Central = 304.904 km. A quilometragem rodada pelos veículos oficiais é composta por todos os serviços executados pela área de transporte, ou seja, além das viagens estão os serviços de rotina como malotes, processos etc.

NOVAS VARAS PARA O INÍCIO DE 2012

A previsão é de que sejam instaladas varas-gabinete em Araraquara, Sorocaba, Ourinhos e no JEF/SP, e varas federais em Caraguatatuba e Santos.

EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO ON-LINE SEM CPF

Algo que beneficiou tanto a população quanto o próprio Judiciário foi a possibilidade de ser expedida certidão negativa on-line sem a necessidade de acrescentar o número do CPF. Até abril de 2011 aqueles que não possuíam número identificador do Cadastro de Pessoa Física da Secretaria da Receita Federal (CPF), eram obrigados a deslocar-se até o prédio da Justiça Federal para obter a certidão negativa. Entretanto, a Ordem de Serviço 04/2011-DF, possibilitou aos estrangeiros que estão no Brasil solicitar a certidão via internet, facilitando a regularização de sua situação no país.

Servidor Conectado ao Mundo

Fernando Coleti

Desde o dia 27 de julho de 2011, com a publicação da Resolução n.º 255/2011, os funcionários da Justiça Federal de São Paulo e Mato Grosso do Sul podem utilizar a internet durante o expediente, observando-se a real necessidade de sua utilização para as atividades exercidas. A Resolução padroniza o acesso e explica a maneira como a rede mundial de computadores deve ser usada no ambiente de trabalho. Agora o servidor da JF está “conectado ao mundo”.

Anteriormente, na Justiça Federal de Primeiro Grau somente magistrados e contas de e-mails setoriais tinham permissão de acesso. No TRF3, a navegação era livre a todos, porém havia a necessidade de autenticar (logar) ao entrar na internet. Visando à padronização do acesso, redução de gastos e simplificação na administração dos sistemas, a Secretaria de Tecnologia da Informação-SETI buscou atender as melhores práticas determinadas pelo Tribunal de Contas da União e Conselho Nacional de Justiça e ao Relatório de Inspeção do Conselho da Justiça Federal.

Para o diretor da Subsecretaria de Atendimento e Recursos de Informática do TRF3, Pedro Raimundo do Nascimento, a mudança traz vários benefícios técnicos. “O acesso por meio de contas setoriais é inseguro, haja vista a impossibilidade de identificar o agente utilizador”, afirmou Pedro, que ainda enumerou várias outras vantagens da utilização da internet por autenticação individual (veja quadro).

Entretanto, mais do que qualquer benefício técnico, o uso universal da internet traz um impacto positivo para os servidores. Até então, eles podiam acessar apenas aos sites oficiais do governo, o que limitava o trabalho, pois não era possível fazer pesquisas mais profundas na rede.

O servidor Odemy Oliveira e Silva, da 1ª Vara Federal Cível em São Paulo, lembra da dificuldade que enfrentava no serviço antes da publicação da Resolução n.º 255. “Na época, eu trabalhava em vara previdenciária e alguns dados

que eu precisava para os processos não eram encontrados nos sites ‘.gov’ mas somente nos ‘.com’. A liberação, neste ponto, auxiliou muito e facilitou a realização de pesquisas mais abrangentes, especialmente para aqueles servidores que auxiliam os juízes na elaboração de sentenças, como era o meu caso”, afirmou.

Odemy acrescentou que, após poder usar a rede, já pesquisou diversos assuntos relativos às áreas de medicina, engenharia e física, com o objetivo de entender os termos utilizados na elaboração dos laudos periciais presentes nos processos, muitas vezes de difícil entendimento inclusive para os juízes.

No entanto, vale lembrar que o acesso à rede deve sempre respeitar o exclusivo interesse das atividades da Justiça Federal. Sites considerados impróprios ou inseguros poderão ser bloqueados e cabe aos diretores de secretaria fiscalizar e coibir a utilização incorreta da internet. “O diretor de secretaria ou o superior hierárquico deverá zelar para que o uso da internet seja de acordo com o interesse da Justiça, orientando a sua utilização. Em situações extremas, poderá solicitar o bloqueio de seu acesso, por meio de callcenter”, afirma Dinalva Conceição Costa, diretora da SETI.

Ainda de acordo com Dinalva, está em fase de aquisição a solução que permitirá restringir a navegação em sites considerados de conteúdo obsceno ou que altere o desempenho dos sistemas da Justiça.

Com a nova regra, o controle no conteúdo acessado pelos servidores se tornou contínuo, monitorado 24 horas pelos equipamentos existentes para este fim, onde toda informação dos sites acessados é armazenada por 60 dias. Informação, pesquisa, conteúdo. A internet é uma ferramenta necessária no cotidiano das pessoas, e a Resolução n.º 255 pode ser um grande passo para melhorar a qualidade e rapidez nos processos da Justiça Federal.

Benefícios técnicos trazidos com a mudança

- Autenticação única para acesso à internet
- Ambiente único que proporciona melhor desempenho e velocidade
- Fim da interrupção de downloads para arquivos grandes
- Ambiente preparado para atender a expansão da quantidade das Varas da JF
- Liberação de recursos humanos para atuarem em outras frentes
- Delegação de direitos aos CPDs locais para restringir acesso
- Redução de custos com aquisição de licenças Novell

Sorocaba

Cíntia Ranúsia Carvalho

Sorocaba é um termo indígena que significa terra rasgada. Caminho de passagem de índios, antes mesmo do descobrimento, de bandeirantes e tropeiros, sempre denotou a ideia de troca e ao mesmo tempo encontro de povos de diferentes regiões do Brasil. Fundada em 15 de agosto de 1654, essa “senhora” de 357 anos tornou-se ao longo do tempo um grande pólo regional e industrial, ocupando a 8ª posição em desenvolvimento industrial no país, reunindo cerca de 17 mil empresas. Com uma área de 449 km², a cidade possui uma população de aproximadamente 600 mil habitantes.

O Fórum da Justiça Federal em Sorocaba (com cerca de 4 mil metros quadrados de área construída) tornou-se a 10ª Subseção Judiciária Federal instalada no estado de São Paulo, inaugurado em 20/4/1994 pelo então desembargador federal e presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, Américo Lacombe.

Atualmente a 10ª Subseção possui três varas federais e uma vara-gabinete, abrange 37 municípios sob a jurisdição das varas federais e 43 do Juizado Especial Federal. Estão em andamento na 10ª Subseção, segundo o boletim estatístico do mês de setembro de 2011, 26.858 processos, dos quais 18.681 tramitam nas três varas federais e 8.177 processos estão em andamento no JEF.

A juíza federal Sylvia Marlene de Castro Figueiredo, diretora do Fórum, conta que a maioria dos processos de feitos na área cível, principalmente de natureza previdenciária, tributária e indenizatória, dentre outros, havendo também inúmeras ações criminais e de execução fiscal.

Segundo o servidor Eduardo Cerqueira Roberto, do Núcleo de Apoio Regional, 75 servidores trabalham no Fórum. “A rotina aqui é bastante exigente, nunca vi um

Fórum de interior com um movimento deste. E olha que já andei bastante por aí!”, contou Eduardo.

Para a juíza federal Sylvia Marlene de Castro Figueiredo, que também é titular da 3ª Vara, a importância do Fórum para a região está ligada à ideia de efetividade na prestação jurisdicional. “A presença da Justiça Federal em Sorocaba exerce um papel importante para a sociedade local, na medida em que assegura o acesso à jurisdição, possibilita a defesa de direitos por parte dos cidadãos e, especialmente em face de sua tutela penal, resguarda a segurança aos jurisdicionados, preservando, ainda, elevados e distintos valores morais do ser humano”, disse.

O Fórum localizado na avenida Doutor Armando Pannunzio, 298, Jardim Vera Cruz, recebeu uma nova nomenclatura no dia 5 de agosto de 2011 com direito a placa e foto do desembargador federal homenageado, Fleury Antonio Pires, falecido em 17 de julho de 1999. O desembargador exerceu o cargo de procurador da República, juiz federal da Seção Judiciária de São Paulo e desembargador federal do TRF3. Na ocasião, a juíza Sylvia Figueiredo disse que a nomeação do Fórum foi uma forma de reconhecer a dedicação e o trabalho desempenhado pelo desembargador Fleury Pires.

O início histórico da cidade

No fim do século XVI, Afonso Sardinha, “O Velho”, seu filho, “O Moço”, e Clemente Álvares foram ao morro Araçoiaba à procura de ouro. Encontraram minério de ferro e comunicaram o fato ao governador geral que levantou o pelourinho da Vila de Nossa Senhora do Monte Serrat, mandando mineiros explorarem a região. Nada encontrando, transferiu a Vila para Itavuvu, ficando sob a invocação de São Felipe, em homenagem ao Rei da Espanha. O capitão Baltazar Fernandes construiu, então, em 1654, a igreja de Nossa Senhora da Ponte, atual igreja de São Bento e sua casa no lajeado, fundando nova povoação com o nome de Sorocaba. Para promover o povoamento doou à igreja grandes terras que continham minerais aos Beneditos de Paranaíba, com a condição de construírem o convento e manterem uma escola. Alguns anos depois o pelourinho de Itavuvu foi transferido para Sorocaba constituindo a Vila de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba. Em 1852, o comércio de algodão cru revertia muitos lucros aos sorocabanos. Essa cultura desenvolveu-se cada vez mais, a ponto de Luís Matheus Mailasky, o maior comprador de algodão da região, construir, em 1870, a Estrada de Ferro Sorocabana (inaugurada em 1875) para escoar a produção local. A ferrovia foi um dos fatores de desenvolvimento industrial, que teve início com a Real Fábrica de Ferro São João do Ipanema, primeira metalúrgica da América Latina.

Dados: IBGE Cidades @





Lições de Direito Tributário – Teoria Geral e Constitucional

Autor: Renato Lopes Becho

De autoria do juiz federal Renato Lopes Becho, titular da 10ª Vara de Execuções Fiscais em São Paulo, o livro aborda os temas fundamentais do direito tributário brasileiro divididos em duas partes: teoria geral e teoria constitucional.



A Responsabilidade Cristã na Administração Pública

Autor: Edson Luiz Sampel

O analista judiciário Edson Sampel, lotado no gabinete de conciliação do TRF3, é professor e doutor em Direito Canônico. No livro, ele explora o denominado “estatuto jurídico dos leigos” ou “direito laical”, e traça certo paralelo entre o direito estatal e o canônico.



“Foto do Jardim de Luxemburgo em Paris. As cadeiras espalhadas pelo jardim nos convidam a sentar para ler, conversar ou, simplesmente, não fazer nada, demonstrando o conceito de flunar em Paris.”

Viviane Campos, 1ª Vara Federal de Ribeirão Preto

Magistrados e servidores podem enviar suas fotos para publicação na Revista pelo endereço: imprensa-jfsp@jfsp.jus.br. As imagens deverão conter ou transmitir uma história, mensagem ou uma dica de viagem, e deverão ser de autoria do remetente e possuir boa resolução e qualidade fotográfica, com uma pequena frase explicativa.

José Frederico Marques (1912-1993)

Nascido em 14 de fevereiro de 1912 em Santos (SP), passou sua infância na cidade de Batatais, interior de São Paulo. Graduiu-se em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco da Universidade de São Paulo (USP), em 1933. Nesse mesmo ano, começou a advogar em Batatais. Em 1938, ingressou na magistratura paulista. A partir de 1950, passou a dedicar-se também ao magistério acadêmico, como professor da Faculdade Paulista de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Em novembro de 1953 foi aprovado no concurso para livre-docente de Direito Judiciário Penal da Faculdade de Direito da USP. Seguindo seu gosto pelo jornalismo, despertado ainda nos bancos acadêmicos, tornou-se redator forense do jornal “O Estado de São Paulo”, em 1953. Em 1957, foi promovido ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, permanecendo naquela Corte até a sua aposentadoria em 1962. Recebeu, em 1963, o prêmio Jabuti, da Câmara Brasileira do Livro de São Paulo, pelo fato de seu livro “Elementos de direito processual penal” ter sido considerado a melhor obra jurídica publicada no ano de 1962. Foi fundador e membro titular da Academia Paulista de Direito. Autor de diversas obras jurídicas, foi eleito para ocupar a cadeira 34 da Academia Paulista de Letras, em 1989. Além disso, sucedeu a Orlando Gomes na cadeira n.º 1 da Academia Brasileira de Letras Jurídicas. Seu nome foi dado ao Fórum de Santos.



CARTAS

“Fiquei muito feliz em receber a revista. Ela está muito bem elaborada, atualizada e, para nós aposentados, é uma forma de nos mantermos unidos com a Justiça Federal e todos os colegas. Parabéns e abraço a todos”

Graça Maria Mihoto

Analista judiciária aposentada desde maio/2009

Este espaço é dedicado a opiniões, sugestões, elogios e críticas do leitor. Encaminhe o seu texto para: imprensa-jfsp@jfsp.jus.br ou entre em contato com o Núcleo de Comunicação Social pelo telefone: (11) 2172-6175.

Boas Festas

*são os votos da
Diretoria do Foro
para todos os
magistrados
e servidores da
Justiça Federal*

